

ATA DA 260ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

SÃO PAULO, 16/07/2020

PRESIDENTE

EDSON APARECIDO DOS SANTOS

COORDENADOR DA COMISSÃO EXECUTIVA

LEANDRO VALQUER JUSTINO LEITE DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO GERAL DO CMS-SP

JÚLIO CÉSAR CARUZZO

LISTA DE PRESENÇA

I – Conselheiros Presentes

Representantes da Sociedade Civil:

MARIA AUXILIADORA CHAVES DA SILVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE

ADRIANA RAMOS COSTA MATEUS (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE

MARCIONÍLIA NUNES DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

DÉBORA ALIGIERI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE CENTRO

RUBENS ALVES PINHEIRO FILHO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE

CIRLENE SOUZA MACHADO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE

JAQUELINE TEIXEIRA DOS SANTOS (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

MARIA APARECIDA DA CONCEIÇÃO PRADO DE CAMARGO (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

ZANDRA FÁTIMA BAPTISTA (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

JILSOMAR PINHEIRO DA SILVA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

MÁRIO FRANCISCO FRANÇA DA SILVA (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

VITA AGUIAR DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

PATRÍCIA PEREZ E SILVA DE FREITAS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS

PAMELLA DE FREITAS SAIÃO SCAFURA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

GILBERTO FRACHETTA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

JOSÉ HENRIQUE MARQUES CAMARGO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES PATRONAIS

CARLOS MIGUEL BARRETO DAMARINDO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

Representantes dos Trabalhadores em Saúde:

JOSÉ ERIVALDER GUIMARÃES DE OLIVEIRA - (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
DEODATO RODRIGUES ALVES (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
VALTER MARTINS - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
LEANDRO VALQUER JUSTINO LEITE DE OLIVEIRA (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
FLÁVIA ANUNCIÇÃO DO NASCIMENTO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
SILAS LAURIANO NETO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
JOSÉ CARLOS SALVADOR (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS GERAIS
CLÁUDIO ANDERSON RODRIGUES DE SOUZA (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
MARGARETH ANDERÁOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
ALEXANDER DE CARLO FREITAS NAVARRO (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE PROFISSIONAIS LIBERAIS

Representantes das Instituições Governamentais:

JORGE HARADA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA
JASON GOMES RODRIGUES SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
REINALDO JOSÉ TOCCI (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO LUCRATIVO
VERA MARIA DA SILVA RIBEIRO (TITULAR) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS
FERNANDA SILVA FUSCALDI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PRESTADORES FILANTRÓPICOS

Representantes do Poder Público:

FÁBIO HENRIQUE SALLES (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
LUÍZ CARLOS BARBOSA ALVES – (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
RITA DE CASSIA BATISTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
FRANCIS DA SILVA FERNANDES (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARILDA SILVA SOUSA TORMENTA (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
NELZA AKEMI SHIMIDZU (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
MARCELO MONTEIRO PINTO (TITULAR) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO
DRAUSIO SOARES FILHO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO

II – Justificativas de ausência:

EDSON APARECIDO DOS SANTOS – PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO PAULO
ALBERTINA SOUZA RIBEIRO JUSTINO (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE LESTE
ALESSANDRA ESTEVÃO DA ROCHA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE SUDESTE
GIVANILDO OLIVEIRA DOS SANTOS (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE OESTE
PAULO MOURA DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NORTE
MARISA ROSA BARBOSA DA SILVA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
JONATHAN DE JESUS SILVA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
MARTA ANTÔNIA SOARES (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
CÍCERA APARECIDA MOREIRA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
SUELY LIMA (SUPLENTE) - REPRESENTANTE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS
NADIR FRANCISCO DO AMARAL (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
MARGARETE APARECIDA DE OLIVEIRA PRETO (TITULAR) - REPRESENTANTE DOS PORTADORES DE PATOLOGIAS
EDUARDO GIACOMAZZI (TITULAR) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES PATRONAIS
ISMAEL GIANERI (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS CENTRAIS SINDICAIS

ANA LÚCIA FIRMINO - (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ENTIDADES SINDICAIS CATEGORIA SAÚDE
LUMENA ALMEIDA CASTRO FURTADO (TITULAR) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
CLÁUDIO LUIZ DA SILVEIRA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE CONSELHOS REGIONAIS FUNÇÃO FIM
NEIDE APARECIDA SALES BISCUOLA (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES DE
PROFISSIONAIS LIBERAIS
MARCO AKERMAN (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA
MARIA DA PENHA MONTEIRO OLIVA (TITULAR) – REPRESENTANTE DA UNIVERSIDADE PRIVADA
DURVAL SILVÉRIO DE ANDRADE (SUPLENTE) – REPRESENTANTE DO PRESTADOR LUCRATIVO

III – Ausentes:

Em virtude da realização da reunião através de videoconferência, onde alguns conselheiros não puderam ter acesso ou relataram dificuldades no uso da ferramenta Microsoft Teams, os ausentes terão justificativa garantida.

IV – Visitantes:

Não houve a participação de visitantes.

ATA ELABORADA PELA EQUIPE TÉCNICA DO CMS/SP:

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA
JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

DIGITAÇÃO:

DENIZE CALVO COSTA – ASSISTENTE TÉCNICA
SUELI DE OLIVEIRA GIMENEZ – AGPP

REVISÃO GERAL:

JÚLIO CÉSAR CARUZZO – SECRETÁRIO GERAL

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo: faz chamada e avisa que há quórum.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Inicia a reunião, cumprimentando a todos.

Faz leitura da pauta

A- Aprovação da Ata da 259ª Reunião Plenária Ordinária

B- Informes da Mesa;

C- Informes dos Conselheiros;

D- Informes das Comissões;

E- Ordem do Dia:

- 1) Situação da COVID-19 no município – atualização, desativação dos leitos do Hospital de Campanha do Pacaembu;
- 2) Atualização dos dados do BID – valores, reformas, obras iniciadas.

Deliberações

- 1- Resposta do conselheiro Rubens ao Ofício do Comitê de Defesa do Hospital Sorocabana;
- 2- Moção de repúdio à destituição por Decreto, do Conselho Municipal de Saúde do município de Registro;
- 3- Proposta de alteração de datas dos módulos de capacitação para os conselheiros municipais de saúde.

Pergunta se há inclusões de pauta. Sim. Seguem as propostas.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Sugestão de inclusão é retomar a discussão da transferência da gestão de Unidades de Saúde para OSS. O CMS no começo do ano fez uma reunião com o Ministério Público – MP em relação a esse tema, mas na reunião de janeiro os conselheiros Fábio e Miriam, que estavam representando a gestão disseram que nas unidades onde os conselhos gestores recusassem a transferência da gestão essa decisão do conselho gestor seria respeitada. Só que o que está acontecendo agora não é isso. O que está acontecendo agora na Santa Cecília foi publicada no DOC a transferência para IABAS. Está em reforma a UBS, e vai mudar todo o modelo do atendimento. Acha que o CMS tem o dever de fiscalizar isso. Devem atuar nisso. Na ocasião da reunião havia outras regiões e unidades que apresentaram denúncias ao CMS, existe um processo correndo em relação a isso. Devem verificar as outras unidades, e acredita que deve estar acontecendo mesmo. Devem fazer valer o controle social. Devem ser respeitadas as decisões dos conselhos gestores. Sua sugestão de inclusão de pauta é retomar a questão das transferências da gestão das UBS para as OSS.

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Sua proposta de inclusão de pauta é em defesa de quem defende o SUS. Em defesa da região Sul – que se. Há o documento da Comissão Inter-intraconselhos a o 1º ponto de pauta a questão da eleição do segmento usuários do movimento popular de saúde sul.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Proposta do grupo de trabalho de Planejamento e educação – 2º módulo e 3º módulo. Aprovar nas deliberações.

Convidada Anália: - Sua proposta é falar sobre UBS Santa Lúcia, que começou num balcão e está até hoje – querem transferência para local da UPA, que iria para M' Boi Mirim. Não tem condições de ser ali uma UBS – sem ventilação, rua de feira, não há saída de emergência. Estão pedindo socorro para agilizar a transferência. Que se discuta esse assunto.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheiro Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Sua proposta de inclusão de pauta é sobre a terceirização do Hospital do Campo Limpo. Não houve transparência e diálogo com o controle social que se posiciona contrário a essa terceirização nos moldes pouco republicanos que está acontecendo. Propõe que seja o 2º ponto de pauta porque a situação lá é muito grave. É muito difícil ter a entrega do maior hospital da região sem discussão com a população nem com o conselho gestor.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Declara que conforme a conselheira Débora colocou, o Conselho deveria ver como está a questão do Chamamento Público, que teria renovação agora. – Incluir no tema proposto pela Conselheira Débora essa questão e coloca que muitas pessoas gostariam de participar dos Plenos e não têm acesso ao link como convidados. Há conselheiros de base e membros da comunidade querendo participar.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo: Esclarece que não há condições para dar suporte técnico para participação de muitos convidados. Se cada conselheiro se responsabilizar a dar suporte para participação de seus convidados pode ser.

Nelza Akemi Shimidzu, Conselheira Suplente representante do Poder Público: Avisa que a conselheira Zandra está com problema de microfone e precisa dar informes da Comissão de Educação Permanente.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Complementar a fala da conselheira Flávia e ficar com 3º ponto de pauta. Falar as duas coisas juntas, sobre privatização.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: A pauta inicial seria 1º-COVID; 2º- BID. 3ª – Terceirização: - Hospitais e UBS terceirizados sem aprovação dos Conselhos Gestores; 4º - Processo da Região Sul – indicação de ocupação de cadeira do CMS. São 4 propostas de pauta. Foi sugerido que a questão da Sul seja o primeiro ponto de pauta. Pergunta se estão presentes técnicos da SMS para falar sobre COVID e BID.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: Responde que não. Discutiram na Comissão que vão trazer alguém da equipe do BID para fazer uma explanação. É assunto muito extenso, sugere um dia para tratar esse assunto. Chegaram a programar o dia 12, na Comissão de Políticas Públicas – período da manhã – já combinou com a área que virá. Que seja junto com a COFIN. A área já concordou.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Esse tema está no ponto de pauta da reunião do Pleno de hoje. A área técnica deveria ter sido convidada para estar aqui hoje pra fazer isso. Vê problema de comunicação e pergunta o que aconteceu que a equipe não veio hoje. Aliás, a de Covid também não veio.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: Declara que foi um lapso, porque as comissões estão discutindo os mesmos assuntos, pedindo também as áreas técnicas.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Considera importante o que o conselheiro Fábio trouxe, e pede cuidado porque o mesmo está muito atarefado. Hoje – ponto de pauta – COVID e BID. O Conselheiro disse que houve uma confusão. Esse tipo de confusão requer muito cuidado. O Pleno é o ápice dos debates do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, maior cidade da América Latina. A gente não pode cometer lapsos desse tipo. A comissão é o espaço de discussão e elaboração e depois levar ao Pleno. O Pleno delibera e debate os grandes temas da cidade.

Foram surpreendidos com a notícia de que não foi feita articulação com áreas técnicas para se apresentarem no maior Conselho de Saúde do país. Pede respeitosamente que isso não ocorra mais, porque chamar uma pauta pública do CMS e não providenciar apresentação das áreas para vir dialogar com a cidade não pode ocorrer. Pede que isso não ocorra mais em nome de todos os conselheiros, inclusive no seu nome também que é um dos conselheiros da cidade de São Paulo.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: Realmente foi um lapso porque muitas comissões têm pedido a mesma Pede desculpas porque todas as comissões têm pedido a mesma pauta, são várias comissões, se compromete a convidar para Pleno Extra ou o próximo às áreas técnicas. Não só ele como a secretaria também.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Agradece ao conselheiro por ter se colocado à disposição, declara que vai consultar o Pleno do CMS da cidade de São Paulo, se desejam uma reunião extraordinária para tratar do BID. Pergunta aos coordenadores das comissões de Políticas e COFIN se esta reunião do BID pode ser aberta a todos os conselheiros.

Então, tira-se da pauta de hoje e na próxima reunião da comissão executiva, discutem se colocam o tema no próximo Pleno.

Quanto à Covid, pergunta como farão.

Gilberto Frachetta, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com deficiência: Fala da mesa técnica que ocorre às terças-feiras da COVID. Propõe que se coloquem os informes dessas reuniões.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Considera interessante a proposta apresentada pelo conselheiro Gilberto. Mantém COVID na pauta. Conselheiro Fábio Salles, coordenador da mesa técnica e conselheiros membros da mesa técnica – conselheiros Jonathas, Vita, Auxiliadora e outros fazem informes gerais. As questões que surgirem serão remetidas à mesa técnica.

Se não for possível, propõe uma reunião plenária extraordinária para discutir a questão da COVID.

O BID já foi retirado da pauta de hoje.

Jorge Harada, Conselheiro Titular representante da Universidade Pública: Não dá para deixar para o próximo mês a questão da COVID – deve ser agenda permanente - concorda com posicionamento do conselheiro Leandro. É essencial discutir COVID – concorda em fazer extraordinária. É mais do que um informe. Dentro desse contexto dinâmico de flexibilização e de riscos que estamos vivendo, tem que haver um posicionamento, tanto para São Paulo como com relação à pandemia no âmbito nacional.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Quer saber sobre documento 325 do MP – se consta da pauta. Trata-se de um documento que chegou via e-mail, sobre uma representação 325/20, fala alguma coisa do CMS, é um documento longo, que chegou via Secretaria Geral. Quer saber como será tratado esse documento. Recebe a resposta que está nas deliberações.

Marilda Silva Sousa Tormenta, Conselheira Titular representante do Poder Público: Solicita que a Comissão Inter-Intraconselhos discuta o que acontece em cada região. Ontem discutiram as questões da Zona Sul e Leste. Pergunta para que servem as comissões. Declara que está conseguindo participar e relata que estão conseguindo discutir e elaborar questões enquanto controle social. Estão dando conta. A questão da conselheira Débora não chegou na comissão. Pede encaminhamento para a comissão Inter-intraconselhos.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Discorda completamente da conselheira Marilda. O processo entrou no CMS no final do ano passado. Se não foi encaminhado à comissão inter-intraconselhos não tem nada a ver com isso, já era para ter chegado.

Se estivesse funcionando o controle social, a UBS Santa Cecília estaria com administração direta e não com uma OSS que está lá, sendo que já disseram milhões de vezes nas reuniões que não querem esse modelo que estão implantando lá à força. Concorde que seja tratada a terceirização e privatização como ponto único e segundo ponto de pauta, discutindo a privatização das unidades e hospitais.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Pergunta à convidada Anália se a questão da unidade dela inicialmente pode ser tratada numa comissão e depois virar ponto de pauta.

Convidada Anália: - Quer resolver o problema de sua UBS que está em situação precária. Propõe que seja feita uma visita. As pessoas trabalham no sufoco. Não há ventilação. É urgente. Briga há dez anos por essa UBS.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Tirar grupo de vistoria – sugere que a Análise remeta à Comissão Executiva, formalizando essa questão.

Deodato Rodrigues Alves, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Foi contemplado com questão da COVID – que seja pauta constante nas reuniões.

Gilberto Frachetta, Conselheiro Suplente representante da Pessoa com deficiência: Sua proposta é manter COVID na pauta. Ouvir relato da mesa técnica e depois decidir se haverá necessidade de Pleno Extra.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Agradece a fala da conselheira Marilda. É muito importante a participação nas comissões. Pede contato da convidada Anália. Informa que na comissão inter-intraconselhos não há documentos pendentes.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Pontos da Ordem do Dia:

- 1- COVID19
- 2- Terceirização;
- 3- Eleição na região Sul;
- 4- Contratos de Gestão e Chamamento.

Convidada Josi: - É conselheira da AMA Jardim Ibirapuera. Defende a Lei nº 53.990. Querem eleição referente ao CMS e não indicação. O pastor Sandro, que é coordenador do distrito do Jardim Ângela está com internet ruim e por isso não se encontra presente na reunião.

Jilsomar Pinheiro da Silva, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Acha que deve haver reunião sobre COVID o mais rápido possível. Ele queria fazer pergunta na região de M' Boi Mirim e não lhe foi permitido fazer perguntas.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Há proposta de ordem do ponto de pauta: Sul – 1º ponto, Terceirização 2º, Contrato de Gestão e Chamamento 3º, COVID 4º.

Consulta o Pleno: - Aprovada a ordem.

Deliberações: - permanecem os 3 pontos.

- 1- Resposta do conselheiro Rubens ao Ofício do Comitê de Defesa do Hospital Sorocabana;
- 2- Moção de repúdio à destituição por Decreto, do Conselho Municipal de Saúde do município de Registro;
- 3- Proposta de alteração de datas dos módulos de capacitação para os conselheiros municipais de saúde.

4º ponto – encaminhar para Comissão de Políticas de Saúde visita à UBS da Anália.

Aprovadas as deliberações.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Sugere para a pauta: deixar os informes para o final. Consulta o Pleno: Aprovado.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo: Fala da ata da 259ª Reunião Plenária Ordinária para aprovação. Informa que as atas, notas técnicas e resoluções estão atualizadas no site do CMS.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Coloca em votação a ata da 259ª Reunião Plenária Ordinária – **Aprovada.**

Solicita às Comissões Inter- intraconselhos e Comissão Eleitoral que se manifestem.

Há 2 cadeiras vazias no CMS, o que traz um prejuízo enorme. Estamos em momento de pandemia. Há problemas para realização de reuniões presenciais. Precisam ser cuidadosos na discussão que farão para que não retardem encaminhamentos que possam trazer prejuízos para o funcionamento do CMS.

Convidada Selma Maria: - pela Comissão Eleitoral – fala que o documento já está com o secretário geral Júlio, contendo o posicionamento da Comissão. Houve apenas uma manifestação contrária, que depois dará seu posicionamento.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo: Faz leitura do documento produzido pela Comissão Eleitoral:

Parecer da Comissão Eleitoral do Processo de Eleição/Indicação dos conselheiros municipais de saúde para o biênio 2020/2021

Processo de Eleição/Indicação de Conselheiros segmento Usuários – Movimento Popular de Saúde Sul

A Comissão Eleitoral do Processo de Eleição/Indicação dos conselheiros municipais de saúde para o biênio 2020/2021, reunida em 06/07, às 10h, via Plataforma Google Meet, contando com a participação dos seguintes membros: Darcy Silva Costa, Maria Macedo Costa Almeida, Francisco José Carneiro de Freitas, Suely Levy Bentubo, Selma Maria Silva dos Santos e João Aguiar cuja pauta foi a não realização do processo de eleição/indicação dos conselheiros municipais de saúde, segmento dos usuários, Movimento Popular de Saúde Sul.

Tomando por base o Decreto Municipal nº 53.990/13 que define – movimento popular de saúde: a organização da sociedade civil, constituída por meio de ampla publicidade, com existência mínima de 12 (doze) meses anteriores à publicação deste decreto, cujos objetivos constitutivos e prática corrente têm na saúde, na defesa do Sistema Único de Saúde - SUS e dos direitos dos usuários, sua ênfase fundamental e

que, verificada a sua estrutura organizacional, possuam documentação comprobatória de existência segundo esses requisitos e representatividade de atuação na área, de forma a possibilitar sua habilitação para se fazer representar no Conselho Municipal de Saúde;

o artigo nº 8 do Regulamento do Processo de Eleição/Indicação de conselheiros para o CMSSP – biênio 2019/2020:

As pessoas indicadas para representarem as entidades ou instituições nas eleições do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo deverão apresentar no ato da inscrição da candidatura os seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento, expedido pela entidade que representará, constando nome completo e dados do representante;

b) Cópia da carteira de Identidade e do CPF, devendo o (a) candidato (a), na ocasião da eleição, apresentar os originais;

c) Declaração dos (as) candidatos (as), detalhada no item 9;

d) Documentação comprobatória conforme parágrafo 6º do artigo 4º do Decreto Municipal 53.990 de 13 de junho de 2013 (Ata de reuniões, estatuto se houver, CNPJ se houver, composição de mesa diretora se houver).

O artigo nº 10 do Regulamento do Processo de Eleição/Indicação de conselheiros para o CMSSP – biênio 2019/2020:

10 - A participação na Plenária Eleitoral é requisito obrigatório para concorrer à vaga. Na Plenária Eleitoral será feita a apresentação das entidades, instituições, respectivos (as) candidatos (as), e realizada a eleição em si;

O artigo nº 14 do Regulamento do Processo de Eleição/Indicação de conselheiros para o CMSSP – biênio 2019/2020:

14 - O Fórum para apreciação dos devidos e eventuais recursos, se existirem, será em reunião extraordinária do Pleno do Conselho Municipal de Saúde previsto para o dia 05 de março de 2020, às 14h; Considerando que o CMSSP reunido em plenária extraordinária de 05/03/20, julgou e acatou o recurso do Movimento Popular de Saúde do Jardim Ângela, que pedia o cancelamento do processo eleitoral das cadeiras do Movimento Popular de Saúde da Região Sul, em plenária que deveria ocorrer em 29/02/2020; Considerando que o CMSSP tomou por base que a referida plenária de 29/02/20, que deveria acolher os possíveis candidatos não ocorreu;

Considerando que o CMSSP propôs que se criasse uma comissão de usuários das STS da região Sul para condução de novo processo de eleição/indicação, comissão essa cujos nomes foram retirados na mesma reunião extraordinária de análise de recursos, inclusive que esse processo seria conduzido na região de M' Boi Mirim a fim de não ferir a autonomia da população da região;

Considerando que no dia 17/03/20, foi publicada Ordem Interna suspendendo as reuniões presenciais e cujos membros da comissão de usuários foram comunicados pela Comissão Eleitoral sobre tal publicação, ou seja, medida que afirma que já havia um diálogo entre essas comissões;

Considerando que a comissão de usuários reuniu-se uma única vez em conjunto com a Comissão Inter-Intraconselhos, sem que houvesse um acordo, assim:

A Comissão Eleitoral do Processo de Eleição/Indicação dos conselheiros municipais de saúde para o biênio 2020/2021 propõe ao Pleno do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo:

1- que seja realizado novo diálogo com essa comissão de usuários das STS da região Sul;

2- caso não haja acordo, que a carta de recurso do MPS do Jardim Ângela seja encaminhada ao Ministério Público do Estado de São Paulo.

Comissão Eleitoral do Processo de Eleição/Indicação de conselheiros para o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo Biênio 2020/2021

Darcy Silva Costa
Maria Macedo Costa Almeida
Selma Maria Silva dos Santos
João Aguiar

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Propõe que haja 2 falas favoráveis e 2 contrárias após as explicações para não ficarmos aqui até muito tarde.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Precisam combinar as inscrições – depois das falas fazer o encaminhamento.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Há o documento da Suely e o da Comissão Inter-intraconselhos. Todos os documentos serão lidos.

Convidada Suely Levy discordou do posicionamento da comissão eleitoral e quer se manifestar. Fez parte da comissão e tem posicionamento discordante. Faz leitura de documento:

São Paulo, 16 de julho de 2020.

Ao Conselho Municipal de Saúde de São Paulo

Prezadas(os) conselheiras(os),

Tendo em vista o preenchimento da cadeira do Movimento Popular de Saúde da Região Sul, o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo tem feito esforços para solucionar o impasse, através da Comissão do Processo Eleitoral - biênio 2020-2021, desde o dia 05 de março de 2020, quando, na impossibilidade de acordo, a Comissão Eleitoral acabou por recomendar nova eleição, o que foi seguido pelo Plenário em votação, no tumultuadíssimo Pleno Extraordinário de Recursos, previsto no item 14 do Regimento Eleitoral.

A pandemia e o conseqüente isolamento social que se seguiu impediram a concretização dessa recomendação. E aqui quero adiantar que, após longa ponderação, examinando os documentos e os depoimentos, eu agradeço a oportunidade de poder encaminhar hoje de forma diferente daquela que encaminhei naquele Pleno Extraordinário e que consta da ata daquele Pleno. Creio que houve precipitação de julgamento. Houve tumulto, pressão de ambas as partes, é verdade, mas também houve tempo insuficiente para examinar os recursos detidamente e fazer as devidas observações. Natural que meu encaminhamento diferente seja em separado da Comissão Eleitoral. Peço a atenção dos conselheiros.

O caso é conhecido de todos, mas os detalhes podem mudar a interpretação dos fatos. No dia 29/02/2020, houve onze plenárias eleitorais na cidade: Movimento Popular de Saúde Região Norte, Região Sul, Região Leste, Região Oeste, Região Sudeste e Região Centro; Movimentos Sociais e Comunitários; Pessoa com Deficiência; Portadores de Patologias e Doenças Raras; Centrais Sindicais; Trabalhadores em Saúde. Todas correram bem, elegeram representantes que tomaram posse e estão trabalhando no CMS-SP. Exceto o Movimento Popular de Saúde Região Sul, cuja cadeira no CMS-SP está sendo disputada por dois grupos que se reivindicam como movimento popular de saúde. E aqui faço um parêntesis para falar sobre o que é movimento popular de saúde.

O Movimento Popular de Saúde nasceu na década de 1970, no período de ditadura militar, na Zona Leste de São Paulo, conforme relatado em livros, artigos científicos, teses de mestrado e doutorado, entre outros documentos históricos. Naquela época, se organizou em conselhos populares e, em 1978, formou o primeiro conselho gestor, na UBS Jardim Nordeste. Junto com sanitaristas e parlamentares progressistas fez parte de um movimento reivindicatório, que deu origem à criação do Sistema Único de Saúde – SUS e à organização do controle social em conselhos, em que pese a existência do Conselho Nacional de Saúde desde 1937, em outros moldes.

O Movimento Popular de Saúde se multiplicou pela cidade em grupos que se organizam localmente e se reúnem regionalmente, pelo menos uma vez por mês, há 30 anos em certos locais. Em dado momento, as regiões se organizaram numa união de movimentos e, anos depois, em 1993, foi formalmente criada a União dos Movimentos Populares de Saúde da Cidade de São Paulo, hoje também estadual. Agrega movimentos populares de saúde da cidade.

Qual a diferença entre o Movimento Popular de Saúde e os outros movimentos sociais? Cada movimento social tem um foco, uma razão de existir. O movimento negro luta pelos direitos dos negros, contra o racismo, contra a violência policial, por políticas de reparação, políticas de afirmação e, transversalmente, trata das políticas públicas de habitação, saúde, educação, transporte, mobilidade etc. O movimento de mulheres tem foco na misoginia, na justiça salarial, na divisão do trabalho, na autonomia sobre o corpo, no parto humanizado, entre tantas outras lutas e, transversalmente, trata da mesma forma que o movimento negro de todas as políticas públicas. Os dois maiores movimentos sociais servem de exemplo que pode ser estendido a todos os outros movimentos sociais: população LGBTQI, movimento inter-religioso, população de rua, etc. Movimento Popular de Saúde, diferente disso trata exclusivamente de saúde, esse é o único foco. Não dá pra confundir.

Depois do Comunicado de 17 de março suspendendo todas as atividades devido às condições sanitárias impeditivas, a Comissão Eleitoral sofreu três baixas, de pessoas que se afastaram, duas por incompatibilidade eleitoral e uma por licença maternidade, de modo que, de oito membros, restaram cinco. Desses cinco, meu encaminhamento é em separado. A Comissão Eleitoral se reuniu duas vezes virtualmente. A primeira reunião não teve quórum e a segunda reunião, sem que houvesse consenso para encaminhar ao Pleno do CMS-SP uma proposta única.

Considerando que a decisão soberana cabe exclusivamente ao Pleno, conforme artigo 5º do Regimento Interno do CMS-SP, onde se lê “O Plenário do Conselho Municipal de Saúde é fórum de deliberação plena e conclusiva...”. E tendo em vista ainda que tanto as comissões quanto os grupos de trabalho não têm poder deliberativo, mas tem a finalidade de “fornecer subsídios” para a deliberação do Plenário (parágrafo único do artigo 19 e item ‘c’, do artigo 20, do Regimento Interno, do CMS-SP), encaminho então minhas considerações.

1- Seis movimentos populares de saúde trabalham harmoniosamente pelo controle social na saúde na Região Sul há mais de 30 anos. A região é grande, mas todos se conhecem. Além das reuniões ordinárias mensais de cada movimento, sempre comprovadas com listas de presença e atas, como manda a lei, há também um fórum, que reúne todos os movimentos, além de moradores interessados: é o Fórum de Saúde Sul, que já promoveu muitas atividades. Todas as reuniões, sejam ordinárias, sejam extraordinárias são públicas, abertas, publicizadas e com endereço conhecido.

2- A União dos Movimentos Populares de Saúde da Cidade de São Paulo mantém reuniões ordinárias mensais e outros eventos desde a sua longa existência, sempre abertas, em endereço conhecido.

3- Dia 26/02/2020, Roseli Josefa Sabino afirma que vai “defender o SUS junto com a União dos Movimentos Populares de Saúde”. Detalhe: a UMPS não sabia da sua existência nesse período e, ao contrário do que ela afirma, recentemente a presidente da entidade lançou nota de esclarecimento nas redes sociais afirmando que a União dos Movimentos Populares de Saúde reconhece como candidatos

representantes da Região Sul ao CMS-SP apenas Dimas e Elza, com trabalhos reconhecidos, indicados pelos seus pares em processo conhecido, divulgado, com endereços fixos de participação permanente.

4- Na leitura das atas apresentadas pelo Jardim Ângela percebe-se que as atas são sempre digitadas pelo pastor, curtas, muito parecidas, reuniões bimestrais, em que abre com oração, e fecha quase sem discussões ou encaminhamentos, exceto nas reuniões imediatamente anteriores ou posteriores à eleição do CMS-SP.

Pauta de 08/12/2018 – Balanço anual e confraternização. “O coordenador, Pastor Sandro, iniciou a reunião com uma oração e agradece a presença de todos (cita como presentes: ele mesmo, uma aparentada de mesmo sobrenome, talvez esposa, e uma terceira pessoa. E afirma, “entre outros convidados e diversos populares”. Na lista de presença, diga-se rasurada no ano da reunião, 13 pessoas assinaram, incluindo a nem sequer mencionada Roseli Sabino. Em seguida o pastor diz que o movimento conseguiu tímidas conquistas, mas “o apoio dos usuários foi muito positivo, pois muitas pessoas foram encaminhadas, orientadas e ajudadas”. Passa a palavra para o senhor Maycon, que agradeceu a orientação que recebeu quando queimou o pé. Em seguida passou a palavra para a senhora Inaê, que relatou que foi encaminhada para o posto e recebeu o tratamento adequado. O pastor pergunta se alguém mais quer se manifestar, como ninguém desejou se expressar, ele agradece o empenho e a luta de todos e convida para um coffee break.

Em 09/02/2019, Roseli Sabino pede a palavra e diz que já se encontra disponível para ser candidata a uma vaga de conselheira no Hospital M’Boi Mirim.

Em 13/04/2019, Roseli fala da demora no atendimento do hospital e que precisa buscar saber o que está acontecendo. Cleonice reclama da falta de remédio, o pastor diz que ele vai verificar a falta de remédio e a demora no atendimento. Encerra avisando que a Roseli vai concorrer a uma vaga no hospital M’Boi Mirim.

Em 08/06/2019, o pastor anuncia que conseguiram eleger dois conselheiros no hospital M’Boi Mirim: Roseli Sabino e seu Ivan. Seu Ivan não apareceu até agora nas reuniões. Nem nessa. Não consta de nenhuma lista de presença.

Em 14/12/2019, na ata em que lançam o nome de Roseli Sabino para o CMS-SP, a lista de presença aparenta ter sido preenchida por uma ou duas pessoas (não é a primeira vez nessas listas todas que examinei que o padrão de letra é praticamente idêntico). Não sou especialista, mas chama a atenção.

Em 26/02/2020, Roseli foi aclamada com mãos levantadas como única candidata para o CMS-SP. E passam, então, a tratar da mobilização. Surpreendentemente uma lista de presença com 25 assinaturas (com aquele mesmo tipo de problema já apontado). Têm voz nesta ata, além do pastor e da Roseli, sete pessoas. Valdenino, Jeane, senhor Ricardo, Suzete, apoiando a candidatura, Jilsomar (conselheiro municipal eleito, supostamente declarando-se contra o candidato Dimas) e Anália, lembrando que “o candidato tem apoio forte e que a briga vai ser grande e que as lideranças devem se comprometer a levar pessoas. Se a nossa candidata perder será vergonhoso”.

Detalhe: das falas citadas, não assinam a lista de presença nesse dia Valdenino, Jeane, Jilsomar e Anália. Reproduzo a suposta fala de Jilsomar pelo potencial polêmico, desde o início: “Toma a palavra então o senhor Jilsomar conselheiro de saúde e diz que se sente feliz por estar participando da reunião e que foi pioneiro no movimento de moradia e também na saúde; declara-se contra a indicação do senhor Dimas, o qual segundo ele foi indicado por três pessoas. O senhor Jilsomar disse ainda que é candidato ao Conselho Municipal de Saúde mais indicado por outro segmento e que já está eleito; disse que irá apoiar a senhora Roseli Sabino e que vai brigar pela mudança no que se refere à indicação do outro candidato”.

Na sequência, o senhor Sidnei aborda a questão da transparência, pois existem pessoas que falam uma coisa e são outra...

02/03/2020, o documento assinado pelo pastor se dirige ao secretário Edson Aparecido, pedindo a impugnação da Plenária de 29/02/2020, alegando descumprimento de artigos.

Com relação aos outros candidatos, o Fórum Sul trabalha as candidaturas ao Conselho Municipal de Saúde com um sistema de rodízio de movimentos, que já foi inclusive discutido no Conselho Municipal de Saúde em algumas oportunidades. Temos no Conselho Municipal de Saúde recebido conselheiros da Região há muitos anos, de modo que acompanhamos os processos eleitorais nas regiões. Não há uma grande surpresa na documentação apresentada. O único fato é que, na Plenária em que os dois candidatos aprovados por todos os movimentos do Fórum Sul seriam oficializados, foram surpreendidos com uma ocupação de território jamais vista e com o querer com isso assumir as cadeiras do Movimento Popular de Saúde.

O pastor tem como argumento que já foi da UMPS. Muita gente já foi da UMPS. A UMPS é uma entidade pioneira, que inspirou a muitos, que seguiram outros caminhos: parlamentares famosos, sindicalistas conhecidos... Em tantos anos, muita gente entrou e saiu, como por exemplo o pastor Sandro, que passou os últimos oito anos sem relação com a UMPS. Ainda é da UMPS? Claro que não. É da UMPS quem está na UMPS, quem trabalha pela UMPS na defesa da saúde e da participação social. É inadmissível chegar dessa maneira, querendo tomar uma vaga no susto.

Há neste caso um indício bastante forte de manipulação de atas e listas de presença, com depoimentos e apoios duvidosos, sem respaldo da assinatura do citado, com rasura de data importante. Há outro indício bastante forte inclusive de que este coletivo que se reivindica movimento popular de saúde assim não o seja de fato, mas tão somente um braço assistencial de uma comunidade religiosa, o que remeteria não ao Movimento Popular de Saúde, mas ao Movimento Social e Comunitário. Esses indícios somados, a meu ver, visam desconstruir o legado indiscutível de um movimento pioneiro e que se mantém ativo, à frente de importantes ações na defesa da saúde na cidade de São Paulo.

De qualquer maneira, o trabalho e o diálogo em conjunto com os pares é fundamental e vem antes da disputa por vagas. A ocupação de vagas é e tem que ser um processo natural, fruto de trabalho coletivo diante de todos. Recomendo fortemente que o Jardim Ângela comece um trabalho em conjunto com o Fórum Sul ou com o Movimento Social e Comunitário, que é mais o seu perfil, apesar do nome, para que futuramente possa disputar em pé de igualdade com os demais movimentos da região.

Diante do exposto, encaminho legitimar e empossar os candidatos eleitos por todos os movimentos ativos no Fórum de Saúde Sul. Que assumam suas cadeiras de imediato.

Os reclamantes, se desejarem, podem recorrer ao Ministério Público.

Os Boletins de Ocorrência porventura registrados são de responsabilidade de seus impetrantes, o CMS-SP não responde por esses atos.

Atenciosamente,

Suely Levy - ex-conselheira municipal de saúde e membro da Comissão Eleitoral

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Feita a leitura do segundo documento, isso vai subsidiando, tanto o primeiro como o segundo, para que possam pensar e refletir sobre todas as questões. Pede a leitura do 3º documento. Pede a todos que não se manifestem até a leitura do 3º documento.

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Enquanto coordenadora adjunta da Comissão Inter-intraconselhos, fará a leitura do documento elaborado pela comissão. Após, inicia-se o debate.

EM DEFESA DE QUEM DEFENDE O SUS

Documento em defesa de vagas dos segmentos de usuários (as) no Conselho Municipal de Saúde de Parelheiros e M'boi Mirim(REGIÃO SUL)

A Comissão Inter-Intraconselhos do Conselho Municipal de Saúde-SP (SMC-SP), em sua primeira reunião extraordinária realizada em 06/07/2020, conforme a Lei nº 8.142 de 28/12/1990, art 1º, §2º, e no uso de suas competências regulamentares e atribuições conferidas pela Lei nº 12.546 de 07/01/1998, regulamentada pelo decreto municipal nº 53.990 de 13/06/2013.

Cumprindo as disposições da Constituição da República Federativa do Brasil, título VIII, capítulo II, seção II, da saúde, da Lei federal nº 8.080 de 19/09/1990, da Lei Federal nº 8.142 de 28/12/1990, do Decreto nº 7.508 de 28/06/2011 e da Lei complementar nº 141 de 13/01/2012.

É missão de todos(as) conselheiros(as), agir e interagir diante dos fatos dinâmicos que tange a saúde pública, transpondo com retidão e transparência para tudo que é realizado junto ao Conselho Municipal de Saúde, órgãos e instituições públicas e por fim a toda sociedade que deve ser sempre beneficiária dos serviços públicos.

É sabido que todos (as) nós, sem distinção de gênero, raça, cor ou religião não importa a etnia, quando somos indicados (as) para assumir uma cadeira no Conselho Municipal de Saúde é porque somos reconhecidos (as) pela capacidade de atuação em defesa de uma saúde pública digna para a população em todas as comunidades. Não devemos ser negligentes e estarmos atentos aos fatos agregados nos conteúdos documentais apresentados pelo segmento dos usuários nos prazos legais.

Sabemos que não foi cumprido o processo eleitoral, devido ao fato ocorrido em que houve discussão com acentuada discórdia por parte da oposição, pois a mesma não cumpriu os critérios exigidos pelo Movimento de Saúde local na eleição em 02/03/2020, desobedecendo aos preceitos legais e regimentais nos prazos determinados em lei.

Quem não atentou às regras estabelecidas pelo pleno do CMS, não cumprindo as exigências estabelecidas no pleito eleitoral, não tem o direito de fazer parte nesse momento da escolha.

Mas quem cumpriu com as normas estabelecidas, respeitando o rito do processo eleitoral e que, por situações eventuais, inesperadas, não pode concluir sua homologação no prazo legal, situações essas comprovadas por boletim de ocorrência protocolado na comissão eleitoral do CMS, é importante que este Conselho tenha consideração aos documentos que foram protocolados na comissão eleitoral que são: 1º - a ATA para escolha dos nomes indicados pelos Movimentos de Saúde em cada localidade regional (Parelheiros e M'boi Mirim); 2º - a ATA de indicação dos nomes apresentados no Fórum Regional de Saúde Sul, ocorrida em 05/12/2019; 3º - a ATA com a justificativa do dia que haveria de ter sido concluído o processo de homologação dos seguintes nomes – Anderson Pereira Lopes(Dimas), e Elza das Graças Calixto Lima, justificado e comprovado pelo boletim de ocorrência.

Agora, como guardiões(ãs) e zeladores(as) das causas e dos bons costumes não podemos tolerar que as indicações para o CMS sejam efetivadas por atos de populismo, nem tão pouco sobre pressão para vangloriar êxito sem a legítima representação, visto que, considerando o segmento dos usuários através dos Movimentos Populares de Saúde, dentro de sua coletividade de participação nos espaços que lhes são atribuídos como o Fórum Regional de Saúde Sul e na UMPS (União dos Movimentos Populares de Saúde da Cidade de São Paulo), que tem regulamento para atuação e funcionamento com regras claras, e pelas atribuições conferidas ao CMS, ressaltamos nosso posicionamento com repleta convicção aos

nobres conselheiros (as) presentes, que não só pela atuação dos indicados(as) mencionados acima, mas pela lisura e legitimidade do processo realizado pela Comissão Eleitoral.

E como estamos em uma crise de pandemia causada pelo covid-19, que exige de todos(as) nós um isolamento social, sem aglomeração de pessoas, não é recomendável haver uma nova eleição, isolada, na localidade de M'Boi Mirim e Parelheiros para completar o quadro atual do CMS, pois é consenso da Comissão Inter-Intraconselhos que não deve haver flexibilização da quarentena ao combate à pandemia.

Diante do exposto acima, sugerimos que possamos concluir esse processo, o quanto antes, colocando em votação e homologando os dois nomes citados neste documento, permitindo-lhes a chance à legitimação para assumirem seus cargos de direito de conselheiros (as) no CMS.

Sem mais para o momento, agradecemos a todos (as) os interessados (as).

São Paulo, 16 de junho de 2020

Comissão Inter-Intraconselho/CMS

Assina a coordenação

Cirlene Souza Machado

Maria Auxiliadora Chaves da Silva

Informa que quem construiu esse documento foram: Auxiliadora, Cícero, Cirlene e Pamella.

Coloca-se à disposição para esclarecimentos e na defesa dos 2 nomes para o CMS hoje.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Encerradas as 3 apresentações de documentos, vão combinar com o coletivo do CMS o procedimento que haviam iniciado, que é de pelo menos 2 representantes de cada lado possam falar. Pergunta antes se os membros das comissões querem se manifestar. A apresentação dos relatórios já é trabalho feito pela comissão. Mesmo assim, pergunta se esses membros querem se colocar ou se vão direto para a manifestação desses representantes que viveram na verdade essa situação do processo eleitoral lá na ponta. Aí, chamariam 2 de cada lado para fazerem suas colocações. Ao final disso, se os membros das comissões não forem mais se colocar, pergunta aos conselheiros se há algum conselheiro que queira se manifestar sobre essa questão, que já se inscreva pelo chat.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Questão de ordem: - Já havia sido definido dar a palavra a 2 membros a favor e 2 contrários e perguntado ao Pleno se haveria necessidade de novas inscrições.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: Questão de esclarecimento: - Quanto a questão de apreciação de algum problema entre os membros, pergunta se não seria a comissão eleitoral que poderia avaliar isso. E se a comissão eleitoral é a certa para dar o parecer, e houve votação dentro da comissão eleitoral para dar o parecer, tem uma autoridade, independente se foi um a menos. A maioria da comissão eleitoral tem o parecer favorável, que avaliou toda a situação. Regimentalmente, a comissão eleitoral deve avaliar e também fazer algum encaminhamento. Acha que poderiam analisar melhor o que a comissão eleitoral menciona e discutir o que a comissão eleitoral está mencionando sobre isso, porque ela é detentora de toda essa questão.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Responde ao conselheiro Fábio que este é um espaço da democracia e do controle social: “Há uma posição que foi externada aqui em 3 documentos. Logo no início concordaram que ouviram a leitura de 3 documentos. É claro que uma comissão pode ter sim um posicionamento, mas a comissão não delibera. Quem delibera pela legislação do CMS é o Pleno do Conselho municipal de Cidade de São Paulo. E assim tem sido há quase trinta e poucos anos de existência do nosso Conselho. Aqui temos o direito, como conselheiros e conselheiras de ouvir as argumentações que nos são apresentadas e após ouvir as apresentações, formarmos na nossa consciência e entendimento sobre o grave problema, o leve problema, o médio problema que nos é apresentado.” Essa apresentação dá um panorama que o conselheiro Fábio havia perguntado no início se essas apresentações seriam baseadas nos documentos comprobatórios e também sobre o processo sobre o qual foi realizada essa discussão do processo eleitoral da região sul. Pergunta os conselheiros se foi importante a apresentação desses 3 documentos.

Maria Aparecida da Conceição Prado de Camargo, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Questão de esclarecimento – São quantas vagas?

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: 1 vaga para titular e 1 para suplente. Conforme aprovado, vai abrir a palavra para 2 representantes da UMPS e 2 representantes do movimento que reivindica a participação nesse processo. São 4 representantes legítimos, que viveram o processo da região sul. Dois do lado do pastor e dois do lado da UMPS.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Questão de ordem: - tempo destinado à fala de cada 1 – 3 minutos.

Convidado Cícero: - Parabeniza o CMS e a comissão que fez um excelente trabalho. Foi difícil o processo, mas o que interessa é o resultado do que se faz com carinho, amor e dedicação. Parabeniza a todos neste momento. Pelo que foi apresentado, diante dos documentos da comissão eleitoral, da comissão Inter-intraconselhos – trabalho realizado na defesa do SUS de verdade não com tratativas, mas dentro da realidade, do que a comunidade necessita. Diante disso, dá para se retratar realmente as pessoas que defendem o SUS, com a sua justa participação, para o fortalecimento de saúde na cidade de São Paulo – este o Conselho Municipal de Saúde do qual já foi coordenador, sabe o papel e o trabalho de cada um. A população é muito grande. Diante dos documentos que foram apresentados, cabe analisar, avaliar, os prazos, os autos, dentro da legalidade. Por isso é importante que o CMS se atente a essas documentações que foram apresentadas nos prazos, e expostos agora para os conselheiros que estão participando dessa reunião online. Diante disso, fica a convicção de que esses representantes da Sul, no caso o Dimas(apelido, porque o nome dele é Anderson), da M'Boi'Mirim e da Elza, representante de Parelheiros, teve uma grande discussão no fórum, nos seus movimentos, para fazer as indicações, não foi por acaso as indicações desses nomes, houve um trabalho dedicado de poder ter uma boa representação no quadro do CMS, não desmerecendo os demais companheiros e companheiras ou eventualmente aqueles que queiram surgir para optar para uma vaga. Considera que há outros momentos para uma construção de fortalecimento. Estamos num país democrático. Portanto, os representantes da saúde nos movimentos organizados da região sul estão convencidos de que esses dois nomes indicados devem ser defendidos pela causa.

Convidada Josi: - É conselheira do AMA Ibirapuera, é faz parte do movimento popular do Jardim Ângela. Gostaria de defender a lei nº 53.990/13. Gostaria de informar também que no dia da eleição, houve indicação eles não aceitam indicação mas sim votação. Gostaria de informar que no dia 29/02/2020 ocorreu a eleição do Conselho onde a Sra. Adriana foi lá no fundo, acredita que ela levou os papéis e na hora que voltou informou que o pastor Sandro havia sumido com esses papéis. Como é católica, viu no texto anterior, viu nos textos anteriores, segundo ou terceiro, que há várias pessoas de vários tipos de religião. Então, deu a entender que houve um preconceito ao pastor Sandro, que é o coordenador do movimento popular de saúde. Gostaria de defender que se possa fazer uma eleição com votação e não indicação.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Estamos num momento em que é impossível realizar eleições. Partindo desse princípio, é impossível acontecer eleições. Estamos no Conselho municipal de Saúde de São Paulo que é um exemplo para o nosso país. Se forem agora contra tudo aquilo que os conselheiros querem que aconteça no nosso país, a lisura em tudo, criticamos tudo, o comportamento do que está acontecendo no nosso país em relação à política. Como defensores do SUS, têm que atuar com honestidade, lisura e caráter. Honestidade para poder exigir dos outros. O CMS tem essa obrigação de ser honesto. Que seja cumprido o que de fato tem que ser. Não há condições nenhuma de realizar eleições. Foi interrompido o trabalho democrático, e diante do trabalho apresentado, como orienta a UMPS, os nomes que devem reconhecer são os nomes do Dimas e da Elza. Acredita que o pastor assim como a Roseli, representante como é e responsável como é para uma sociedade, vai procurar fazer o que é correto, cumprindo o que é o correto; um ano participando das reuniões do fórum, nas listas constando seu nome e de quem mais estiver interessado, nas atas, para que possa participar legalmente na próxima eleição para o CMS. Considera que o pastor Sandro tem condições de fazer esse trabalho, porque afinal de contas ele é um representante e os princípios que ele tem que seguir, estão dentro da honestidade. Defende a indicação da UMPS – Dimas e a Elza.

Convidada Anália: - Não concorda com essa posição. Falaram que o pastor Sandro ficou 10 anos fora. Ele teve problema de saúde e não teve como comparecer.

Nunca deixou de realizar as reuniões dele no movimento do Jardim Ângela. Não concorda com a forma que essa senhora está falando que praticamente ela concluiu essa votação. Enfatiza que não houve votação.

Não houve votação e a população tem direito de votar. Se não tiver agora, que seja no início do ano, votação digna, normal, como todo mundo. Todos têm os seus direitos.

Não participou da reunião, não conhece essas pessoas. Não sabe quais são as suas posições, suas opiniões. Eles não podem responder por ela. Tinha que ter sido realizada reunião geral da região Sul.

Não houve reunião com a comunidade toda da região Sul. O pastor Sandro sempre este presente sim. Ele não entrou agora. Faz tempo que ele trabalha no movimento de saúde. não concorda com a forma que está acontecendo. Está vendo indicação, porque teve uma pessoa do M' Boi 'Mirim que foi pedir apoio para o pessoal de outro distrito que também apoiasse esse a pessoas do M' Boi' Mirim, que era o pessoal do Geraldo e do Dimas. Então, considera que foi diretamente indicação, não foi votação. Tem que ser votado.

Não houve votação – foi indicação – não concorda.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Pergunta ao Pleno se todos estão esclarecidos. Há várias inscrições.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Questão de ordem: propõe consultar o pleno se está esclarecido. Se houver alguém que não se sinta esclarecido, define-se quantas falas serão necessárias para o esclarecimento.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Pergunta o pleno, todo o Pleno se está esclarecido, a partir das apresentações, dos 3 documentos, das falas das pessoas envolvidas no processo. Votação nominal.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo: Votação nominal.

Auxiliadora – sim, Adriana – sim, Marcionilia – sim, Rubens – sim, Cirlene – sim, Jaqueline – sim, Maria Aparecida – não, Zandra – não, Mário – não, Vita – sim, Margarete/Patrícia ----, Pamella – sim, José Henrique – sim, Carlos – sim, Claudio – sim, Erivalder – sim, Deodato – sim, Leandro – sim, Silas – sim, Claudio – sim, Alexander – sim, Jorge Harada – sim, Reinaldo -----, Vera / Fernanda – não, Fábio – não, Rita – não, Marilda – não, Marcelo/Drausio – não.

Resultado: - 17 conselheiros esclarecidos.

8 não esclarecidos.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: 17x8 significa que irão a voto. Após a fala do conselheiro Jilsomar, que havia solicitado, em regime de votação.

Jilsomar Pinheiro da Silva, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Reclama que é a 3ª reunião em que pede a palavra e não dão. Segundo, seu nome foi citado em documento e não sabe de onde surgiu sua assinatura porque participou e 3 reuniões do pastor Sandro e se lembra que 2 ele assinou e uma não assinou. Tem certeza. Em nenhum momento, em reunião nenhuma de conselho da região ficaram sabendo que ele seria indicado para o CMS e que já estava eleito. É um democrata. É representante do MTST um dos maiores movimentos do Brasil. Luta por democracia e direito. Na região de Campo limpo e M' Boi há uma faixa de 4% de 83 / 84 conselheiros de unidade. Então, onde falta democracia? A democracia faltou na divulgação e no chamamento para apresentar os nomes para o Conselho Municipal da região. Há 483 conselheiros nas duas regiões. Se for feita uma pesquisa de quantos participaram, se houve participação, está de acordo. Se for provada a participação, está de acordo com a indicação. Um conselheiro vai representar a região de M'Boi e a região de Campo Limpo, que tem mais de 2 milhões e meio de habitantes, a maioria teria que ser comunicado, sim. Democracia. Da parte da UMPS faltou democracia sim, porque não comunicaram os conselheiros da região. É morador da região há 40 anos, e não estava sabendo. Ficou sabendo porque o próprio Dimas numa reunião do Hospital do Campo Limpo pediu baixa, consta em ata, porque disse que já era conselheiro municipal. Como conselheiro do hospital, estava presente e ele deu baixa, porque já era eleito pelo CMS, sem as pessoas saberem. Pegou todo mundo de surpresa. Não concorda com o sistema como foi feito. No movimento de M'Boi falta diálogo. Conversa com o Geraldo. Considera que dá sim para fazer eleição. Não houve eleição e para concluir, não está de acordo.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: Questão de ordem: A Suely falou como conselheira da comissão eleitoral. Algumas pessoas que também são da comissão pediram fala e não foram ouvidas. Quer saber se essas pessoas terão a oportunidade de se manifestar.

Enfatiza muito isso porque considera de grande importância que a comissão se manifeste. Há 8 pessoas com dúvidas, e essas dúvidas devem ser sanadas, senão, quando esse documento for ao MP quer saber como essas pessoas se sentiram contempladas, vão falar. Há muitas dúvidas nesse rito. Está tudo muito confuso. Esse assunto deve voltar à discussão porque está muito complicado. Que fique registrado isso.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Esclarece ao conselheiro que foi feito um combinado. Primeiro foram solicitados os documentos, foi lido o relatório que é a expressão da comissão. Depois foi lido documento de desacordo com a comissão, que também é um direito de ser feito. E houve o terceiro documento. Aberta fala para 4 pessoas. Dado o direito de uma pessoa que foi citada. E o combinado era que após tudo isso entraria em regime de votação. Vão entrar agora em regime de votação.

Maria Aparecida da Conceição Prado de Camargo, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Questão de ordem – O que foi acordado é que 2 pessoas fariam a favor e 2 contra. E depois passariam para os conselheiros. Isso não foi cumprido. Passaram para os esclarecidos e agora querem votar. Pergunta votar o que.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Foi a proposta do conselheiro Gilberto. Como foi pedida contagem de voto, o resultado foi que a maioria disse para continuar encaminhando. Não tem mais abertura de esclarecimento. Estamos em regime de votação. As apresentações foram feitas, com boas palavras de cada lado, colocaram o processo e a tendência é ficar discutindo, discutindo. Temos que ter o resultado. Quem estiver insatisfeito, vá ao Ministério Público. Em regime de votação nominal.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo: Quem é favorável a homologar depois das apresentações os dois nomes apresentados de Anderson Dimas e Elza para Movimento Popular de Saúde Sul.

Auxiliadora – sim, Adriana – sim, Marcionília – sim, Rubens – sim, Cirlene – sim, Jaqueline – sim, Maria Aparecida – não, Zandra – abstenção, Mário – não, Vita – sim, Margarete/Patricia – sim, Pamella – sim, José Henrique. – sim, Carlos – sim, Erivalder – sim, Deodato – sim, Leandro – sim, Silas – sim, Claudio – não, Alexander –sim, Jorge Harada – abstenção, Reinaldo ---, Fernanda – não, Fábio – não, Rita – não, Marlida – não, Marcelo/Dráusio – não.

Resultado:

16 votos favoráveis

8 contrários

2 abstenções

Aprovada a homologação dos dois nomes apresentados.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Dá por encerrada essa discussão.

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste – questão de esclarecimento: Há a solicitação de se homologar a posse dos 2 conselheiros. Pergunta se estão presentes á reunião.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: A Secretaria Geral encaminha a homologação. Pergunta se os dois estão presentes. Dimas está. Elza não está presente porque há dificuldade de internet na região Sul.

Maria Auxiliadora Chaves da Silva, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Leste: Que o CMS empossa o Dimas então. E a Elza fica para a próxima.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: Questão de ordem – solicita votação para isso também.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Declara que não tem mais discussão nem votação para isso.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: Solicita que se registre em ata.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Os 2 nomes foram aprovados pelo CMS. Dimas está presente. O Julio encaminha essas questões dos nomes dos 2 conselheiros que foram aprovados para indicação da cadeira do CMS.

Convidado Humberto: É da Capela do Socorro e justifica a ausência da Elza, que estava presente numa reunião da região e avisou que não conseguiria participar.

Convidada Suely Levy: Agradece. Diz que acha que encerrou seu trabalho, e que o conselheiro Leandro como coordenador declare a comissão eleitoral extinta.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: O CMS agradece à comissão eleitoral, que atendeu o chamado do conselho. O debate foi feito. a comissão entregou relatório com um voto separado. O trabalho foi feito. A partir desse momento, é tarefa do Conselho dar sequência aos demais vícios das cadeiras, questão do Conselho Meio.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo: Já foram encaminhados ofícios e a OAB vai indicar os nomes.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Então, a OAB vai encaminhar os nomes, e teremos as duas cadeiras do Conselho preenchidas, o que estão buscando. Precisam agir, não dá para fazer política pública empurrando com a barriga os problemas a serem resolvidos para depois. Tiraram a solução que foi possível. Qualquer parte, tanto a UMPS se perdesse quanto o pastor, que perdeu, vá recorrer ao Ministério Público, que vai remeter de novo o debate ao Conselho. É uma tendência, porque quem tem que resolver essa pendência é o CMS. Houve reunião no MP, ficaram de levar uma lista de

unidades transferidas para OS. Isso foi para aprovação no Pleno. Os compromissos não estão sendo cumpridos.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Não se pode se confundir em ter ou não documento na Comissão Inter-Intraconselhos. Essa questão vem sendo debatida desde a gestão passada do CMS e havia sido afastada de apreciação sob a perspectiva de que seria cumprido o compromisso firmado na reunião do MP do dia 27 de janeiro. Por isso não voltou para discussão, tampouco foi apreciada. A questão do Santa Cecília não voltou à discussão porque acreditou-se que o acordado no MP seria cumprido. Foram cerca de 12 unidades na zona leste levadas ao MP. Todas relatando o mesmo procedimento: transferência de gestão da unidade administrada pela direta para OSS sem diálogo prévio com conselhos gestores. No caso de Santa Cecília houve chance de conversa, e foi deliberada contra a transferência. No entanto, mesmo com a anuência do MP, em março a Santa Cecília estava entre as unidades com transferência de gestão publicadas no Diário Oficial. Nossa unidade tinha endocrinologista e oftalmologista da direta, que irão sair. Há um descumprimento do que havia sido acordado. O CMS deve notificar o MP com relação ao que ocorreu com todas essas unidades. É necessário suspender essas transferências de gestão e manter o deliberado pelos conselhos gestores, em todas as unidades que tiveram sua decisão desrespeitada. Passaram por cima do controle social. A questão é urgente, e algo deve ser feito enquanto for possível alterar essa situação.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheiro Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: O processo no Hospital do Campo Limpo está ocorrendo de forma violenta. Descobriu-se que 80%, das atividades operacionais e assistenciais do hospital serão entregues à OSS Albert Einstein. Sem nenhuma consulta ao controle social ou discussão com os trabalhadores. Isso foi descoberto por uma publicação de contratação e seleção de profissionais.

Gestores do Einstein estão visitando o hospital dizendo o que farão no local. A administração vê a entrega como fato consumado, antes da discussão - o que vai de encontro às diretrizes. Não houve chamamento público. Isso é legal?

O processo de terceirização deve cumprir diretrizes. Não houve chamamento público ou respaldo jurídico para que a SMS entregue parte da gestão do hospital do Campo Limpo sem diálogo com o controle social. Não se vê por parte da gestão transparência. O controle social só consegue discutir após saber por terceiros. Após manifestação dos municípios, o Secretário justificou que estava fazendo complementação de pessoal, de RH - e não terceirização. No entanto, pegar 80% de um contingente é substituição, e não complementação. Isso se chama terceirização.

O processo precisa ser transparente. Se há essa publicização, o Secretário comete improbidade, pois impede que outras OSS participem do processo. Também perguntamos o respaldo jurídico para que 80% da unidade seja cedida dessa maneira.

Valter Martins, Conselheiro Suplente representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Pede desculpas, mas diz precisa dizer o seguinte: Parece que há aparente interesse de travar a pauta, para não chegarmos a pontos polêmicos como terceirização, contrato de gestão e COVID. Bom passarmos por isso. Participa da Comissão do RH, esse assunto foi interessante também.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: Vai falar pelo Vera Cruz. Da mesma forma como a nossa colega colocou, no Vera Cruz houve várias regiões onde, com a participação do Secretário, o CMS se opunha à terceirização como um todo. O Secretário disse que o conselho seria respeitado. Mas nada disso vem acontecendo. Visitou outra unidade

hoje, que vem passando por situação semelhante. Espanta-o que a terceirização ocorre com o dinheiro do BID já utilizado, inclusive no Vera Cruz.

Esse governo está passando a boiada. Não sabemos o resultado das próximas eleições - espero que beneficiem quem mais necessita.

Atropelaram, não respeitam os conselhos nem a sociedade civil. Junto com a terceirização, empurraram os valores do BID.

Por isso é importante sabermos os destinos dos recursos do BID. 1.433.433,33 reais foram utilizados para a reforma da unidade do Vera Cruz. O que foi investido no Vera Cruz, daria para construir dois.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Quando ouve a conselheira Débora trazer informação tão precisa, quer saber se ela se referiu ao Dr. Arthur Pinto, do MP.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: Questão de ordem: - Agora as inscrições estão abertas. Todos poderão falar. Na pauta passada, ninguém pôde falar? Na questão anterior, em que houve dúvidas não foi dada a palavra aos conselheiros.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: A reunião precisa caminhar. O ponto anterior requereu atenção especial. Quando o ponto anterior foi encerrado, novo ponto foi aberto, com novas inscrições. Vamos fechar esse ponto e dar os encaminhamentos.

Deodato Rodrigues Alves, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Questão de encaminhamentos – propõe que quem foi contemplado no ponto anterior, retire a palavra. Não há necessidade em ser repetitivo. No entanto, é “chato” o mediador interromper quem está falando.

Vita Aguiar de Oliveira, Conselheira Titular representante dos Portadores de Patologias: Vou falar porque ainda não fui contemplada. Essa informação que a Débora traz, nenhum conselho gestor quer terceirização. O MP ultrapassou a lei que prevê sobre as OSS executarem serviços da saúde. Entretanto, nenhum conselho gestor quer terceirização e sim gestão direta. O CMS poderia fazer um TAC sobre essa questão.

Todos os gestores usam a prerrogativa de contratar OSS. Não é questão partidária.

Discutir com vereadores e deputados poderia ser útil para reverter a situação.

Precisamos remeter a Lei, discutir relação de OSS com o Conselho e o Ministério.

Zandra Fátima Baptista, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Solicita o número de resolução.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Resolução 008/2019.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Acho que é questão ideológica do governo o aprofundamento desse processo.

Fazer um TAC é um caminho. Uma audiência com o MP envolvendo a PMSP pode ser marcada para discutirmos essas questões. Fazer um termo de ajustamento de conduta pode não ser realizado exatamente nesse momento. Agora, uma audiência poderia ser agendada desde já.

Convidada Ana Rosa: - Está marcada audiência pública na Câmara para tratar dessa questão do Hospital do Campo Limpo.

Jilsomar Pinheiro da Silva, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Declara que foi conselheiro do Hospital do Campo Limpo. Foram pegos de surpresa. O conselho não foi respeitado, nem os funcionários, nem a sociedade. A própria diretoria, em nossa última reunião, também não sabia de nada

Declara-se favorável à administração direta. Dia 30 haverá audiência pública. Estará lá. Vamos lutar.

Jorge Harada, Conselheiro Titular representante da Universidade Pública: Cabe demanda ao MP, mas cabe conversar com a gestão. Essas questões necessariamente devem passar pelo CMS. Está na Lei. Cabe cobrar à gestão, conversar com o secretário. Lamenta a ausência do Secretário. Devem continuar com a cobrança.

Cirlene Souza Machado, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Norte: Diante de uma Pandemia, devemos manter o SUS vivo.

Parabenizo o SINDSEP, que comemora seu aniversário com muito trabalho. Talvez não seja tão valorizado o fato de seu aniversário. No entanto, seu trabalho é observado. Lutando pela vida.

Maria Aparecida da Conceição Prado de Camargo, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Estão fazendo curso de formação onde é frisada a importância do controle social. Ove falar aqui todos devem ser claros e responsáveis. Mas o que houve na eleição do inter-intraconselhos entregou o coração do CMS, que é a Comissão de Políticas Públicas, para a gestão. Logo, a culpa é nossa. Consciência e parcimônia são importantes ante a aprovação de pautas.

Não podemos atropelar e aprovar tudo de qualquer jeito.

Ano passado, havia 70 equipamentos de saúde na mira da privatização. O que foi feito de lá para cá? Primeiro, devemos conversar novamente com a gestão, primeiramente, com seriedade, denunciando a gestão no MP.

Sobre a norma técnica – onde está? Precisam levar ao conhecimento da sociedade o que é o CMS.

Os conselhos participativos são consultivos e não deliberativos. Isso deve ser levado ao conhecimento da sociedade civil, se queremos ter conselheiros responsáveis no CMS. Os civis devem saber o que é o CMS. Muitos dizem em defender o SUS. Haverá SUS para miseráveis e os planos de saúde, em especial os mais populares, tomando conta do resto. A iniciativa privada muitas vezes depende do SUS.

Convidada Lourdes Estevão: - O que está acontecendo no Hospital do Campo Limpo é grave. Fica contente quando o Fábio aborda a democracia dentro do Conselho. No entanto, a democracia é a capacidade de ouvir a população como um todo. Estão terceirizando o Hospital do Campo Limpo sem respeito com a população. Só foi possível agendar reunião com o conselho gestor porque o segmento usuário e o segmento gestão estavam envolvidos.

Se o governo não chamasse iriam invadir a sala do diretor do hospital. Desmontaram a farmácia, o serviço administrativo. Possui uma lista de trabalhadores da farmácia. Estão fazendo a lista de futuros aposentados e que têm comorbidades. Estão separando os trabalhadores. Eles estão morrendo, se contaminando dentro do hospital. Faltam 5 meses para esse governo acabar. Não é justo entregar o único hospital público de portas abertas da zona sul para o Einstein.

Ontem deram um recado; " Nós vamos invadir o hospital. Não queremos terceirização. Tirem as patas do Hospital do Campo Limpo, que é do povo e não do governo."

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: A preocupação da SMS com o Campo Limpo é a questão do RH que é muito pequeno, ainda mais com a baixa de funcionários e desligamentos. Concursos públicos têm sido analisados, a questão da contratação. O que pega é a porta aberta. A intenção da secretaria como estratégia é que o parceiro assuma o PS. A cozinha, o telhado, a parte elétrica do hospital têm sido revistos. Elevadores, que eram problema há anos, foram reparados. 2 tomógrafos foram inaugurados e novos equipamentos têm sido trazidos.

A intenção da SMS é a complementação do RH. No momento, devido à questão da parte de funcionário público, fazer novo chamamento, demora. A prioridade é a população e os funcionários que têm trabalhado muito no Campo Limpo. Os funcionários estão lá juntos.

A parte da porta de entrada, que é o PS, a parceira assume.

Convidada Lourdes Estevão: - Declara que estão entregando 80% do hospital. Não é só o PS não.

Convidada Ana Rosa: - O CRST Sé se reuniu em 11/03, última reunião presencial. Foi discutida reforma na unidade e papelada a ela referente.

Fecharam acordo com a STS e CRS para que não se fizesse nada sem discutir com o Conselho. Fizeram a obra, assim mesmo. Tocaram a obra, entraram no CRS. Estão derrubando coisas, pedindo chaves de salas com material municipal dentro. Materiais pessoais dos funcionários foram ali deixados.

Não houve um memorando sequer se responsabilizando pelos materiais que ficaram lá. A unidade já tem histórico de sumiço de material, inclusive livro de atas. Não se pode mexer com a verba da RENAST dessa forma.

Como própria moradora e usuária da rede pública da região Sul, recebi telefonema da conselheira da Sul e marcaram reunião online pedindo respeito ao Conselho local. A administração vai se mudar e não nos comunicaram nada. Isso foi também motivo de revolta. A própria administração desrespeita os conselhos gestores. O CONDEFI não queria extinção das autarquias e não foram ouvidas. Eu faço parte do CONDEFI, foi colocado que não teria extinção da autarquia. Não nos deram a mínima satisfação. Esse desrespeito me cansou.

Vou ao MP custe o que custar. E o Conselho Municipal tem que estar lá.

Marilda Silva Sousa Tormenta, Conselheira Titular representante do Poder Público: Pensa qual seu papel dentro do CMS. O conselho gestor é constituído por segmentos: usuários, trabalhadores, gestores, prestadores.... Nas reuniões, parece que é constituído por usuários e trabalhadores e isso me entristece, pois sou usuária e cumpro função de gestora. Estão terceirizando Deus e o mundo. Quando comecei no serviço público, estava em pauta a terceirização de participação em OSS porque a legislação permitia. Havia muitas OSS. Quem ganhou, por processo de critérios, foi o IABAS. No nosso contrato de gestão, aberto a todos, é abordado o controle social. Qual o papel do controle social nas OSS? Eu pergunto aos meus pares e a todos vocês, parceiros. O contrato de gestão deve ser melhorado. Temos a faca e o queijo na mão. Aconteceu a terceirização porque a legislação permite isso. No contrato de gestão tem o item do controle social. Mas qual é o papel?

José Carlos Salvador, Conselheiro Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: É contra a terceirização. Quer agradecer a quem esteve nos Hospitais de Guaianases e São Mateus. Agora a luta é no Campo Limpo. Agradece o apoio do SINDSEP. Defende a convocação do máximo de gente para a manifestação. Sempre foram de luta. Logo, vamos lotar a audiência pública, utilizar carros de som. SP não está à venda.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Que o Pleno faça levantamento sobre quais unidades foram passadas para OSS recentemente. Encaminhar resolução 008/2019 para conselhos gestores.

Convidada Laudiceia: - Sou servidora pública, utilizo o hospital do Campo Limpo. É vergonhoso que o representante do governo minta no CMS. Fala do desespero dos trabalhadores que não sabem para onde vão. Não acredita na fala do conselheiro Fábio, que afirma que estão solicitando concursos. Há concurso em aberto. Um projeto foi enviado para a câmara para extinguir as autarquias, facilitando a terceirização. PSDB não faz conserva, quer terceirizar. Não somos ingênuos, conhecemos que o PSDB tem histórico de terceirizar e sucatear o serviço público.

Não se preocupa com a população. Caso contrário, o hospital não seria deixado “caindo aos pedaços” e a AB faria seu papel contra a disseminação da pandemia. A única medida do Bruno Covas foi abrir cova. A preocupação do governo é não ter corpos espalhados pela cidade para a população acreditar que algo tem sido feito. A estrutura de SP não permite que todos os trabalhadores fiquem em casa e cumprissem o isolamento social. Estão entregando tudo ao Einstein. A grande cúpula do Einstein visitou o hospital, com os funcionários como guia. O Dr. Ferlin foi ao Conselho Gestor e disse que tudo iria para OSS.

É ruim que se minta para o CMS e não se respeite o controle social. O Conselho Gestor do Campo Limpo não foi consultado. Não chamam concursados. Não mintam, pois vocês extinguiram autarquia e não convocaram quem passou no concurso. Não dá pra esperar audiência pública no dia 30, se dia 1º o Einstein toma conta e tratam servidor como lixo, até que peçam para ir para outro lugar.

Silas Lauriano Neto, Conselheira Titular representante das Entidades Sindicais Gerais: Esteve na UBS Vila Zatt – terceirização – está ocorrendo reforma. Profissionais trabalhando no meio do barulho da obra. Encontraram gestora local. Estão tentando minimizar a situação. Convida a todos para a visita. A Terceirização vem no momento delicado de pandemia. Vão com trator. Com os sindicatos e o controle social paralisados, seguindo o isolamento, aproveitam dessa situação.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Vai dar os encaminhamentos:

- 1- Audiência com MP – Conselho levando junto todas as unidades.
Vão pedir a Júlio a lista das unidades que já estavam com o problema. São prioridade.
- 2- Audiência Pública dia 30/07 – É aberta – Os conselheiros devem participar.
- 3- Cobrar da gestão o cumprimento da lei – pedir ao Secretário que venha à reunião. Ou tire uma executiva – Processo de conversa mais direta com o Secretário.
Para tal, seria encaminhado um e-mail. Peço ao Fábio que faça a mediação
- 4- Notas técnicas não publicadas. Duas notas: sobre a cloroquina e a flexibilização social – A Comissão de Comunicação irá verificar o que não foi publicado. O que não foi levantado, vamos pedir que se publique.

Debora verifica: Ambas estão na aba do Coronavírus no site do CMS. Precisa publicar nas redes sociais.

Pede que a Debora verifique com o Júlio se falta algo que deveria estar publicado e não está.

5- Levantamento de unidades terceirizadas. Precisa atualizar para saber quais ficaram de fora - me parece que foram pouquíssimas.

6- Passar para todos os conselheiros as resoluções. Podemos combinar com o GT e as comissões permanentes dos conselhos, de fazer pesquisa focada nas representações dos conselhos. Aferir o conhecimento sobre as resoluções. Estão publicadas nas atas do CMS. Não entende porque as pessoas não têm acesso..

7- Unidades de Saúde em reforma. Já há encaminhamentos.

Convidada Ana Rosa: Tem que incluir outras unidades como CRST Sé. Cabe combinar 2ª audiência pública para discutir a terceirização como um todo, que está sendo feito à revelia, não estão respeitando os conselhos gestores - embora o Secretário diga que está convocando-os. Chamar conselhos locais – CONDEFI, CRST, etc, para discutir o processo como um todo. Convida o conselheiro Leandro para reunião da CIST do CES. Na próxima reunião, tentará falar com os conselhos. Ainda não tem a data.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Não adianta pedir para que os conselheiros olhem no site para conhecer os documentos. Precisam enviar.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheiro Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: Pergunta onde está público essa complementação do RH no Hospital do Campo Limpo. O conselheiro Fábio foi gentil. Mas querem saber onde está o chamamento público ou o aditivo do contrato. Que a gestão apresente a relação estabelecida.

Convidada Lourdes Estevão: Pede ao CMS que faça manifestação escrita contra a terceirização do Hospital do Campo Limpo enquanto estivermos na Pandemia. É impossível fazer terceirização enquanto estivermos na Pandemia, que deve ser o foco da SMS - combater o coronavírus. Depois, diálogo pode ser retornado com os conselhos gestores e o CMS.

Débora Aligieri, Conselheira Suplente representante do Movimento Popular de Saúde Centro: Fala ao MP que não foi cumprido o combinado. Quando é realizado um acordo, documentação é gerada. Se há mudança, documento deve informar. Ainda que não tenha sido feito o TAC, e sim um acordo verbal no MP, o combinado não está sendo cumprido. Na época, não foi aceita a elaboração de um TAC afirmando a oportunidade da SMS cumprir o que prometeu. Como não cumpriu, propõe TAC. Se os conselhos gestores disseram que não querem OSS em suas unidades, não terá. Notificar MP pelo não cumprimento da gestão.

Maria Aparecida da Conceição Prado de Camargo, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Para participar de audiência pública e/ou da comissão de saúde na Câmara Municipal, não é como o conselheiro Leandro afirma. Os conselheiros devem falar em nome do CMS. E que se combine o que os representantes vão falar, em nome do CMS. Tem que ser decidido entre todos para que cada um não se posicione de modo diferente. Pode participar como conselheira e também falar, desde que representando o CMS.

Fábio Henrique Salles, Conselheiro Titular representante do Poder Público - SMS: Declara que não é mentiroso. Fala aquilo que acompanha. Falar algo assim é desrespeitoso. Cada um tem uma ideia. Também é usuário do SUS. Tem que ser respeitado. Temos de aprender a respeitar a posição de cada um.

O CMS é em conjunto. Quanto a essas ofensas, respeita a Lourdes e quer ser respeitado. Tem que haver luta, mas com respeito. Quer que a conselheira que o desrespeitou se retrate com ele. Que fique consignado em ata. Não retira uma vírgula de sua fala.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Foi feita proposta de parar o processo de terceirização durante a Pandemia.

Discorda um pouco, a posição deve ser contra a terceirização em qualquer época, seja pandemia ou não.

Convidada Lourdes Estevão: Está de acordo. 100% de acordo.

Jilsomar Pinheiro da Silva, Conselheiro Suplente representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: O conselheiro Fábio falou que teve reforma de elevador do Hospital do Campo Limpo. Ele despençou do 3º andar e machucou uma pessoa. De lá pra cá, só foram feitos pequenos reparos. O elevador parava de duas a três vezes por semana. Não foi feita reforma.

Concorda com manifesto para buscar a terceirização. A situação está ruim.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Os encaminhamentos devem ser aprovados hoje.

Verificação de quórum: 17 presentes.

Consulta o Pleno sobre o conjunto de encaminhamentos. Se alguém for contrário a algum dos encaminhamentos, fale agora. Caso contrário, terá de ser feita votação nominal. Há quórum.

Maria Aparecida da Conceição Prado de Camargo, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Fala dos conselheiros que vão acompanhar as audiências públicas e a Comissão de Saúde na Câmara – Secretário Geral do CMS vai ver o link.

Conselheiros: Maria Aparecida, Cirlene, Rubens, Débora.

Vão passar os nomes para o Júlio, secretário geral..

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Obrigatoriamente deve haver conselheiro na Audiência Pública. Convida os interessados a se manifestarem. Convida a conselheira Maria Aparecida para participar, que aceita o convite. Afirma que a Secretaria do CMS enviará o link. Reforça que não há limite de participantes. Conselheiros Cirlene, Josimar, Rubens, Debora e Fabio se candidatam. Pede que os outros interessados entrem em contato com o Julio para que tenham acesso à reunião.

Reforça que quem se manifestar, falará em nome do CMS, em consonância com o que foi discutido na reunião.

Consulta o Pleno. Quem concorda com o conjunto de propostas de encaminhamentos desse ponto? 13 concordam - **Aprovados os encaminhamentos.**

Precisa aprovar próximo Pleno Extraordinário – tratar sobre COVID 19 – A data deve ser confirmada.

Propõe aprovar as deliberações em bloco. **Aprovado pleno específico para a COVID.**

O contrato de gestão e chamamentos e a COVID devem ser abordados. Os dois pontos podem ser levados para o Pleno específico.

Antes do encerramento, propõe a aprovação das deliberações:

1. Carta do conselheiro Rubens, que fará leitura. Pergunta se a moção do Conselho de Registro está nas mãos do Julio.

Rubens Alves Pinheiro Filho, Conselheiro Titular representante do Movimento Popular de Saúde Oeste: faz leitura:

Caros conselheiros/as:

Em reunião da executiva no dia 02/07/2020, fui informado e li o documento intitulado “carta de repúdio”. Tratava-se de um documento enviado a CMS pelo grupo intitulado “comitê sorocabana”, e sem a menor indicação de objetivo com tal carta, a não ser tentar difamar a minha pessoa, lançaram várias acusações sem fundamento, inócua, preconceituosas e de interesses escusos. Venho, portanto, em respeito a esse conselho responder:

1º) Essa “organização” não participa de nenhum movimento popular de saúde no bairro e região, só conhecendo o bairro por aplicativos de serviços eletrônicos na área de transporte privado (exe: 99, uber) ou por google maps.

2º) Se minha postura de trabalho neste conselho não condiz com o regulamento ou no relacionamento entre os pares, cabe ao mesmo resolver a questão, por isso, desconsidero documento externo, carregado de mentiras, preconceitos e ódio.

3º) Está explicado que essa organização, após tentar golpe nas eleições para esse conselho, desrespeitando as UMPS como entidade, ainda não se conformou da derrota humilhante a que foram expostos ao bairro e região para a chapa Rubens/Givanildo, que tiveram 64% dos votos válidos.

4º) Portanto, desconsidero haver necessidade de tomar tempo precioso desse conselho já sobrecarregado de questões de suma importância, com muito mal formulados ataques de um grupelho tentando inserir seu veneno no seio desse conselho, como única alternativa de se manterem em evidência.

5º) Solicito apenas aos membros deste conselho, considerando a necessidade ou não em resposta ao pedido de apoio do tal “comitê” ao conselho municipal de saúde, que os orientem a procurar os conselheiros eleitos como representantes legítimos da região – Rubens e Givanildo para encaminhamento de suas demandas, selando assim sua devida representação.

Peço desculpas aos membros desse conselho pelo tempo exigido à leitura dessa carta e agradeço a atenção de todos, me colocando à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: será encaminhada a resposta do conselheiro Rubens.

Faz leitura da Moção de Ingerência do Prefeito de Registro no Conselho Municipal de lá.

Moção de Repúdio ao Prefeito da Cidade de Registro - SP

O Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, em sua 260ª Reunião Plenária Ordinária realizada em 16 de julho de 2020, vem se posicionar contrário à ingerência do prefeito da cidade de Registro - SP, Sr. Gilson Wagner Fantini, que encaminhou o processo de intervenção no Conselho Municipal de Registro, via decreto nº 2.934 de 30 de junho de 2020, Inquérito que revogou o mandato de todos os conselheiros e nomeou uma comissão provisória, substituindo, dessa forma o Conselho legitimamente eleito/indicado pelos movimentos e entidades representativas dos respectivos segmentos, encaminhou uma solicitação de instauração uma CEI - Comissão Especial de Inquérito, que a nosso ver não deve interferir nas atividades do Conselho Municipal de Saúde.

Essa medida tomada à revelia, sem debate interno no Conselho Municipal de Saúde de Registro, sem a solicitação de outras instâncias representativas dos órgãos de controle social, aprovadas no Conselho para acompanharem o processo de discussão, ferem frontalmente a Lei Federal 8.142 de 28 de dezembro de 1990 e a Lei Municipal nº 21.265 de 29 de junho de 2012, conforme seus incisos (III, IX, X, XI, XII, XV, XIX, XX, XXI, XXII e XXIII) que regulamenta a participação social na cidade de Registro, segundo o parecer datado de 8 de julho de 2020, do Promotor de Justiça, Daniel Porto Godinho da Silva, do Ministério Público Estadual, que afirma explicitamente, que os Conselhos são criados por legislação federal e conferem autonomia para encaminhar assuntos da Política de Saúde, afetos à participação e controle social.

Recomendamos que seja seguida a orientação apresentada pelo MPSP, da cidade de Registro, de revogar essas medidas, e que se sigam as orientações contidas nessa proposta encaminhada, pela reconstituição do Conselho, que seja feito o debate no espaço mais adequado do próprio Conselho, até que se esgotem os debates de qual o melhor encaminhamento interno ao processo em relação à condução da crise instalada, acompanhada pelos órgãos participação e controle social, até que se instaure a normalidade aos trabalhos do Conselho Municipal de Saúde de Registro.

São Paulo, 16 de julho de 2020
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PAULO

Consulta o Pleno: Aprovada a moção.

Adriana Ramos Costa Mateus, Conselheira Titular representante do Movimento Popular de Saúde Sudeste: Quer saber se quando se trata de outros municípios, é questão do CMS ou do Conselho Estadual?

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Informa que o CES também está acompanhando. Mas é uma posição do Conselho, não interferência. Estamos dizendo que não concordamos, somos contrários à forma como o prefeito tratou o CMS. A maioria dos conselhos do estado de São Paulo tem feito esse tipo de moção para apoiar o Conselho de Registro, pois uma iniciativa como essa pode ocorrer em qualquer cidade - inclusive na nossa. Ao não nos manifestarmos contra isso, estamos nos omitindo. Não estamos interferindo, mas apenas nos posicionando contra essa medida.

Maria Aparecida da Conceição Prado de Camargo, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Existe o CES – Registro faz parte, mas concorda em apoiar essa moção de repúdio. O pau que dá em Chico dá em Francisco.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Que este Conselho volte a exercer sua função em plenitude democrática.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Consulta o Pleno: Moção aprovada.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Deliberação do 2º módulo, marcado para 20/07/2020 das 13h30 às 17h30: Palestrantes são dois: Jorge Kayano e Maria Ermínia Celibete – Planejamento.

O grupo de trabalho conversou com ambos, que estarão presentes.

Cada um terá 40 minutos e em seguida será realizada a mesma metodologia do 1º evento. Zandra será mediadora.

O 3º módulo foi marcado para 29/07/2020 e os palestrantes serão Maria do Carmo e Fernando Aith. Precisam de aprovação – Aprovado.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Pergunta se há alguém contrário à apresentação do GT de planejamento e capacitação do Conselho. Caso ninguém se manifeste contrário, consideremos aprovado.

Maria Aparecida da Conceição Prado de Camargo, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Não pegou o horário da audiência pública no dia 30/07. No mesmo dia, às 14h, haverá reunião extraordinária da Inter-intraconselhos para discutir a questão do conselheiro Jonathan.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: A reunião provavelmente começará às 13h. Como será online, dá para participar em partes das 2 reuniões. Quem quiser priorizar a participação em alguma das reuniões, fique à vontade. Não faz sentido abrir mão delas.

UBS da Anália – aprovado encaminhamento – visita ao local. Se ninguém for contrário, a UBS será acompanhada por comissão do conselho antes de entrar em pauta do Pleno.

Aprovado encaminhamento da UBS.
Pleno Extraordinário Aprovado – Dia 23, às 14h.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo: Lembra a todos que estão construindo um processo juntos. Percebe que em determinada comissão a coordenação atua sozinha, não consulta os membros da comissão. Atua em favor de amigos. Não devemos ter política partidária aqui.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Propõe fazer conversa na Comissão Executiva com participação dos coordenadores de comissões e secretário geral Júlio. Basta pegar a lista das unidades que iriam terceirizar e passar para as pessoas evidenciando se a unidade será terceirizada ou não. É papel de cada conselheiro observar a lista. Faremos de maneira a sobrecarregar menos a equipe. Irei digitar os encaminhamentos e enviar a você, Julio. Assim, resolvemos esta questão. Nos mantemos em contato e o apoiaremos no que for preciso.

Flávia Anunciação do Nascimento, Conselheiro Suplente representante das Entidades Sindicais Gerais: No sentido de otimizar o trabalho do Julio, os conselheiros devem se policiar. Eu já vi o Julio responder o WhatsApp à uma da manhã. Devemos respeitar o horário de trabalho de cada um. Com o trabalho à distância, muitas vezes não nos policiamos. Mas é um ponto a ser evidenciado.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo: Declara que estamos conduzindo o trabalho todos juntos.

José Erivalder Guimarães de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Categoria Saúde: Reflete que precisam pautar essa discussão com maior profundidade.

Maria Aparecida da Conceição Prado de Camargo, Conselheira Titular representante dos Movimentos Sociais e Comunitários: Propõe a criação de grupo no whatsapp da Comissão de Políticas Públicas. Deixaram na mão da gestão e conta agora com a adjunta Débora. Que se monte grupo de controle social sem a participação da gestão. Nós, conselheiros do Controle Social, devemos montar um grupo do Controle Social sem a gestão ou outros que não são conselheiros e não participam do controle social.

Margareth Anderáos, Conselheira Suplente representante Conselhos Regionais Função Fim: Propõe montar grupo da comissão de políticas.

Júlio Cesar Caruzzo, Secretário Geral do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo: Esse grupo é de trabalhadores.

Leandro Valquer Justino Leite de Oliveira, Conselheiro Titular representante das Entidades Sindicais Gerais e Coordenador da Comissão Executiva: Encerra a reunião às 19h29.